



Concurso Público para provimento do cargo de
Analista de Controle Externo
Área de Apoio Técnico e Administrativo
Coordenadoria Jurídica

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto seguinte.

Os privilegiados da Terra

O fragmento de satélite artificial – só podia ser de satélite – caído sobre o povoado transformou de repente a vida dos moradores, que não chegavam a trezentos.

Repórteres e cinegrafistas cobriram o fato com o maior relevo. Não houve ninguém que deixasse de dar entrevista.

O fiscal do Governo apareceu para recolher o pedaço de coisa inédita, mas foi obstado pelo juiz de paz, que declarou aquilo um bem da comunidade. A população rendeu guarda ao objeto e jurou defender sua posse até o último sopro de vida.

A força policial enviada para manter a ordem aderiu aos moradores, pois seu comandante era filho do lugar. Acorreram turistas, pessoas dormiam na rua por falta de acomodação, surgiram batedores de carteira, que foram castigados, e começou a correr o boato de que aquele corpo metálico tinha propriedades mágicas.

Quem chegava perto dele seria fulminado se fosse mau-caráter; conquistava a eterna juventude se fosse limpo de coração; e certa ardência que se evolava da superfície convidava ao amor.

Não se desprende do satélite, diziam uns; veio diretamente do céu, emanado de uma estrela, alvitavam outros. De qualquer modo, era dádiva especial para o lugarejo, pois ao tombar não ferira ninguém, não partira uma telha, nem se assustaram os animais domésticos com sua vinda insólita.

Tudo acabou com o misterioso desaparecimento da coisa. Seus guardas foram tomados de letargia, e ao recobram a consciência viram-se despojados do grande bem. Mas tinham assimilado esse bem, e passaram a viver de uma alegria inefável, que ninguém poderia roubar-lhes. Eram os privilegiados da Terra.

(Carlos Drummond de Andrade, **Contos plausíveis**)

1. O preceito moral que se deve concluir da leitura do texto encontra adequada formulação nesta frase: As coisas que efetivamente nos trazem benefícios
 - (A) fazem-nos tão acomodados que passamos a viver desacreditando da existência de todo e qualquer mal.
 - (B) trazem-nos também os dissabores que passamos a experimentar quando já não contamos com elas.
 - (C) são as que nos legam o poder de desfrutá-los mesmo quando elas não mais se ofereçam ao nosso convívio.
 - (D) são as que nos ensinam a desfrutá-los somente quando começamos a descreer deles.
 - (E) fazem-nos conscientes tanto da alegria que elas nos dão quanto das tristezas que podem nos causar.

2. Considerando-se o contexto, deve-se entender que o segmento sublinhado em
 - (A) só podia ser de satélite assegura a verdade de um fato que jamais suscitou qualquer dúvida.
 - (B) cobriram o fato com o maior relevo corresponde ao verbo **relevar**, tal como empregado em **não sei se relevo tua falta**.
 - (C) declarou aquilo um bem da comunidade deve ser entendido no sentido de **benefício**.
 - (D) alvitavam outros relaciona-se ao nome **alvitre**, no sentido de **sugestão**.
 - (E) tudo acabou com o misterioso desaparecimento da coisa faz ver que todos os benefícios cessaram com o desaparecimento do objeto.

3. A presença do misterioso objeto provocou várias reações entre os moradores do vilarejo, que passaram, por exemplo, a
 - (A) adotar rituais de fanática adoração diante da coisa.
 - (B) comprometer-se com sua permanente proteção.
 - (C) condescender com os autores de pequenos delitos.
 - (D) abandonar antigos hábitos religiosos.
 - (E) resistir às tentações mundanas e aos apelos do corpo.

4. É preciso **corrigir** um equívoco de redação da seguinte frase:
 - (A) Não houve ninguém que se furtasse em dar entrevista.
 - (B) A força policial solidarizou-se com os moradores.
 - (C) Correu o boato de que o objeto contava com poderes sobrenaturais.
 - (D) Em nada perturbou os animais a aparição do exótico objeto.
 - (E) Afrouxou-se a vigilância dos guardas, acometidos por letargia.



5. Está plenamente adequada a articulação entre tempos e modos verbais na frase:

- (A) O fiscal recolheria a coisa misteriosa, mas terá sido obstado pelo juiz de paz, que declarava ser aquilo um bem da comunidade.
- (B) Os policiais acabarão por aderir aos moradores, uma vez que seu comandante fosse oriundo daquele lugar.
- (C) Quem chegar perto da coisa viria a ser fulminado, fosse uma pessoa de mau-caráter.
- (D) Se daquele objeto proveio algum mal, ele não seria considerado uma dádiva dos céus.
- (E) Tomados que foram de estranha letargia, não se deram conta os guardas do sumiço do objeto.

6. As normas de concordância verbal estão observadas em:

- (A) Nenhum dos moradores poderiam imaginar que caísse do céu aquele estranho objeto, que tantas influências acabariam por acarretar à vida do lugar-rejo.
- (B) De repente, viu-se o lugar invadido por repórteres, turistas, curiosos, gente a quem movia irrefreáveis desejos de ver de perto a coisa que viera do céu.
- (C) Aos moradores jamais poderiam ocorrer que os policiais se solidarizassem com eles, mesmo considerando que o comandante ali havia nascido.
- (D) Das propriedades mágicas do objeto não advinha mal algum, pelo contrário: só trazia benefícios aos que dele se acercassem, apenas luzes benéficas irradiava.
- (E) Muitos moradores chegaram a pensar que, com o desaparecimento do objeto, também haveriam de desaparecer o que suas propriedades mágicas lhes propiciavam.

7. Está plenamente adequada a transposição de uma voz verbal para outra no segmento:

- (A) *transformou de repente a vida dos moradores* = a vida dos moradores fora de repente transformada
- (B) *Repórteres e cinegrafistas cobriram o fato* = o fato foi cobrido por repórteres e cinegrafistas
- (C) *foi obstado pelo juiz de paz* = obstou-o o juiz de paz
- (D) *ao tombar não ferira ninguém* = ninguém se ferira ao tombar
- (E) *foram tomados de letargia* = tomaram-se de letargia

Atenção: As questões de números 8 a 14 referem-se ao texto seguinte.

Da política ao espetáculo

A rebeldia voltou. E nos lugares mais inesperados. O rastilho foi aceso em Túnis, seguiu para o Cairo e depois para Sanaa, Manama, Damasco – cidades onde ação política não é um direito. Onde as praças tiveram de ser ocupadas com o risco de prisão, tortura e morte. Mesmo assim, as manifestações só ficaram violentas porque as autoridades as atacaram.

A centelha da revolta atravessou o Mediterrâneo e acendeu outras centenas de milhares de pessoas na Grécia e na Espanha, países subitamente forçados ao empobrecimento. Na África, no Levante, no Oriente Médio e na Europa, o que se quer é liberdade, trabalho e justiça.

Nenhuma mobilização foi tão inesperada quanto a que explodiu, no mês passado, do outro lado do Atlântico Norte, numa das cidades mais ricas do mundo: Vancouver, no Canadá. Sua motivação foi frívola. Por 4 a 0, o time local de hóquei no gelo perdeu a final do campeonato. Não houve reivindicação social ou política: chateada, a gente saiu à rua e botou fogo em carros, quebrou vitrines, invadiu lojas.

Fizeram tudo isso com a leveza da futilidade, posando para câmeras de celulares, autorregistrando-se em instantâneos ambivalentes de prazer e agressão. O impulso de se preservar em fotos e filmes era tão premente quanto o de destruir.

Alguns intelectuais poderiam explicar assim o fenômeno: se o espetáculo do jogo não satisfez, o do simulacro da revolta o compensará; o narcisismo frustrado vira exibicionismo compartilhado.

Em meio ao quebra-quebra, um casal de namorados tentava fugir quando a moça foi atingida pelo escudo de um policial e caiu. O namorado deitou-se ao lado e, para acalmá-la, deu-lhe um beijo.

Um fotógrafo viu apenas dois corpos que pareciam feridos no chão e, sem perceber direito o que fotografava, captou o beijo. Pronto: os jovens viraram celebridades. Namorando há apenas seis meses, o casal cancelou uma viagem à Califórnia para cumprir uma agenda extensa de entrevistas em Nova York. A sociedade do espetáculo não pode parar.

(Adaptado da Revista **Piauí**, n. 58, julho 2001, p. 55)

8. Ao tratar de diferentes manifestações de rebeldia no mundo, o autor considera que elas

- (A) têm em comum tão somente o fato de irromperem e se extinguirem com a mesma velocidade, em países de regime político fechado.
- (B) diferem quanto às suas motivações políticas particulares, mas traduzem a mesma insatisfação com a economia global.
- (C) são todas inesperadas, uma vez que os fatores que as desencadeiam surgem de forma misteriosa, sem qualquer razão objetiva.
- (D) variam quanto às reivindicações políticas ou econômicas, podendo ocorrer até mesmo por força de uma motivação banal.
- (E) buscam conferir um grande peso político a algumas insatisfações menores, geradas pelas razões mais injustificáveis.



9. Considerando-se o contexto, estas duas expressões se aproximam e reforçam reciprocamente uma mesma linha de argumentação, referindo-se ao mesmo fenômeno:
- (A) *a leveza da futilidade e a centelha da revolta.*
- (B) *o rastilho foi aceso e não houve reivindicação social.*
- (C) *sua motivação foi frívola e a leveza da futilidade.*
- (D) *forçados ao empobrecimento e exibicionismo compartilhado.*
- (E) *ação política não é um direito e sua motivação foi frívola.*
-
10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Deve-se entender por *sociedade do espetáculo*, de acordo com o texto, a caracterização dos movimentos de massa que pretendem explicitar publicamente sua insatisfação política.
- II. O exibicionismo e o narcisismo estão na raiz de manifestações dos grupos que também as promovem para se dar a conhecer nas imagens que eles mesmos produzem e cultuam.
- III. O vandalismo das manifestações políticas acaba por desqualificar as justas reivindicações que deram origem a um legítimo movimento social.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.
-
11. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *O rastilho foi aceso* (1º parágrafo) = inflamou-se em seu efeito
- (B) *A centelha da revolta* (2º parágrafo) = a meta da insubordinação
- (C) *instantâneos ambivalentes* (4º parágrafo) = encenações rápidas
- (D) *simulacro da revolta* (5º parágrafo) = sacralização insatisfeita
- (E) *narcisismo frustrado* (5º parágrafo) = autoadmiração baldada
-
12. Ao registrar a cena dos namorados caídos no chão, o fotógrafo,
- (A) imaginando-os vítimas, involuntariamente os promoveu a celebridades.
- (B) sabendo-os feridos, quis compensá-los com a notoriedade de um flagrante oportuno.
- (C) tomando-os por revoltosos, quis demonstrar que havia amor entre os manifestantes.
- (D) dando-os como mortos, quis perpetuar o beijo em que se imobilizaram.
- (E) não atinando bem com o que via, quis documentar o que imaginou mero exibicionismo.
-
13. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) *A sociedade do espetáculo* à qual se refere o texto prima por se mostrar em todo o narcisismo humano, com o qual todo mundo pretende se alardear.
- (B) *A sociedade do espetáculo*, tal como sugere o texto, é aquela em que a meta social mais prestigiada é a celebração de imagens em que todos se espelham.
- (C) Na moderna *sociedade do espetáculo*, sugere o texto, mesmo um beijo involuntário tende a celebrar-se, caso haja um flagrante condizente e oportunista.
- (D) Os que compõem uma *sociedade do espetáculo* são narcisistas que desejam o melhor registro de uma celebração que lhes venha a consagrar.
- (E) A crítica à *sociedade do espetáculo* costuma pautar-se pelo vazio que assola seus defensores, incapazes de atestar a frivolidade em que erigem como ideal.
-
14. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados em:
- (A) Há países onde as praças, supostamente públicas, estão longe de constituírem um lugar em cujo se garanta a expressão do povo.
- (B) Os jovens aos quais se deparou o fotógrafo estavam dando um beijo, em cujo registro haveria por torná-los celebridades.
- (C) Países grandes, cujas economia foi sempre saudável, são hoje palcos de manifestações a que ocorrem os cidadãos empobrecidos.
- (D) Cabe aos intelectuais a explicação de um fenômeno social onde a marca peculiar é a busca de imagens em cujas todos se espelham.
- (E) Com um beijo, o namorado visava à tranquilizar a moça, não imaginando que aquela demonstração de afeto adviesse tanta fama.



Atenção: As questões de números 15 a 20 referem-se ao texto seguinte.

A dor como destino

Outro dia, folheando desavisadamente um livro de Schopenhauer (há autores que jamais devemos frequentar desavisadamente...), deparei-me com este trecho:

Trabalho, aflição, esforço e necessidade constituem durante toda vida a sorte da maioria das pessoas. De fato: se todos os desejos, apenas originados, já estivessem resolvidos, o que preencheria então a vida humana? Que se transfira o homem a um país utópico, em que tudo cresça sem ser plantado, em que as aves revoem já assadas, e cada um encontre logo sua bem-amada. Ali os homens morrerão de tédio ou se enforçarão; promoverão guerras, massacres e assassinatos para se proporcionarem mais sofrimento do que o posto pela natureza.

Será mesmo que sofremos porque precisamos? É da nossa natureza ocupar-nos com nossos desejos insatisfeitos, sem os quais vivemos infelizes pela falta de uma causa para viver? Nosso grande poeta Drummond, um schopenhaueriano empedernido, chegou a escrever: "Estamos para doer, estamos doendo". E outro Andrade, o Mário, garantiu-nos: "A própria dor é uma felicidade".

De minha parte modestíssima, ousou dizer: se um dia me sentir absolutamente feliz, tentarei não me matar. Talvez também não conte para ninguém, para que não me matem. De inveja.

(Bráulio Ventura, inédito)

15. A observação de que *há autores que jamais devemos frequentar desavisadamente* justifica-se em virtude de que há textos, como o transcrito de Schopenhauer, que

- (A) encerram uma lição pragmática e útil, que nos ajuda a viver.
- (B) representam uma falsa esperança para quem lhes dê crédito.
- (C) constituem um caminho sentimental, desviando-nos da razão.
- (D) formulam teses sedutoras, relevando a negatividade da vida.
- (E) elaboram interpretações apressadas acerca da justiça humana.

16. O autor do texto se vale de citações de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade para

- (A) somar argumentos contra a tese apresentada no texto de Schopenhauer.
- (B) demonstrar que a poesia ajuda a iluminar nossos melhores sentimentos.
- (C) mostrar que a Natureza, ao contrário do que muitos afirmam, é mãe e amiga dos homens.
- (D) provar que esses dois poetas não aceitavam qualquer justificativa para as dores humanas.
- (E) lembrar que a tese de Schopenhauer pode ecoar em formulações outras e variadas.

17. Atente para estas afirmações:

- I. No trecho citado de Schopenhauer, a correlação estabelecida entre *país utópico* e *tédio* é muito reveladora de um espírito pessimista.
- II. Ao se valer da expressão *de minha parte modestíssima*, o autor acentua o fato de que sua aprovação da tese de Schopenhauer em nada a fortalece.
- III. No último parágrafo, há uma clara corroboração da crença de que os homens dependem do sofrimento para dar sentido às suas vidas.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

18. A frase *se um dia me sentir absolutamente feliz, tentarei não me matar* tem um efeito de **humor irônico**, equivalente ao da seguinte formulação:

- (A) buscarei não me matar, em caso de absoluta felicidade.
- (B) mesmo tomado por grande infelicidade, nunca me mataria.
- (C) sendo absolutamente feliz, não há razão para me matar.
- (D) conquanto possa me matar, creio numa felicidade absoluta.
- (E) se não vivesse em plena felicidade pensaria em me matar.

19. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) A poucos filósofos costuma-se (**atribuir**) inflexões tão pessimistas como a Schopenhauer.
- (B) (**costumar**) constituir um traço marcante do pensamento de Schopenhauer as sombras de uma implacável negatividade.
- (C) Às teses desse filósofo pessimista (**dever**) corresponder, segundo alguns críticos, uma argumentação mais substantiva.
- (D) Dos nossos desejos insatisfeitos (**restar**) sempre, de algum modo, o aprendizado dos nossos limites.
- (E) Mesmo que (**poder**) haver muitas pedras no caminho, não há por que desistir desta grande viagem.



20. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Há países em que numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social, corresponde a um alto índice de suicídios: fato que traz muita água, como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
 - (B) Há países em que, numa estranha conjunção o alto índice de desenvolvimento econômico e social corresponde: a um alto índice de suicídios; fato que traz muita água, como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
 - (C) Há países, em que numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social corresponde a um alto índice de suicídios, fato que traz muita água como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
 - (D) Há países em que, numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social, corresponde a um alto índice de suicídios; fato que traz, muita água como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
 - (E) Há países em que, numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social corresponde a um alto índice de suicídios, fato que traz muita água, como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
-
- Controle Externo**
21. Considerando sua natureza jurídica, o Tribunal de Contas é órgão que
- (A) integra o Poder Executivo e exerce o controle externo.
 - (B) integra o Poder Legislativo e exerce o controle externo.
 - (C) integra o Poder Judiciário e exerce o controle externo.
 - (D) auxilia o Poder Executivo quando este exerce o controle externo.
 - (E) auxilia o Poder Legislativo quando este exerce o controle externo.
-
22. A Constituição Federal estabelece que os Tribunais de Contas Estaduais serão integrados por sete Conselheiros, salvo nos dez primeiros anos da criação de Estado, hipótese na qual o Governador eleito nomeará
- (A) dois membros.
 - (B) três membros.
 - (C) quatro membros.
 - (D) cinco membros.
 - (E) seis membros.
23. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de
- (A) admissão de pessoal, inclusive as nomeações para cargo de natureza especial.
 - (B) concessão de pensão, inclusive as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
 - (C) admissão de pessoal, inclusive os das empresas públicas municipais.
 - (D) concessão de pensão, ressalvadas as melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do ato concessório.
 - (E) admissão de pessoal, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.
-
24. O TCE-SE emitiu parecer prévio favorável às contas anuais do Prefeito de um município sergipano. Todavia, a Câmara Municipal, composta por vinte e um vereadores, rejeitou o parecer por decisão de onze de seus membros. É possível afirmar que essa decisão
- (A) atende os preceitos da Constituição Estadual de Sergipe, que prevê a possibilidade de rejeição do parecer prévio por decisão de no mínimo 50% de seus membros.
 - (B) contraria o previsto na Constituição Estadual de Sergipe, que exige quórum mínimo de 50% mais um de seus membros para a rejeição do parecer prévio.
 - (C) contraria o previsto na Constituição Estadual de Sergipe, que exige quórum mínimo de 2/3 de seus membros para a rejeição do parecer prévio.
 - (D) atende os preceitos da Constituição Estadual de Sergipe, que prevê a possibilidade de rejeição do parecer prévio por decisão de no mínimo 2/5 de seus membros.
 - (E) atende os preceitos da Constituição Estadual de Sergipe, que prevê a possibilidade de rejeição do parecer prévio por decisão de no mínimo 3/5 de seus membros.
-
25. Um servidor de uma Prefeitura sergipana recebeu, em julho de 2011, R\$ 300,00 a título de adiantamento para o custeio de diárias e transporte em razão de viagem que fez para discutir a assinatura de um convênio com o governo estadual. Ao retornar, negou-se a prestar contas da utilização do valor recebido, ato que pode ser considerado
- (A) incorreto, uma vez que deve prestar contas qualquer pessoa física que arrecade, guarde, gere ou administre dinheiro público.
 - (B) correto, uma vez que a viagem foi realizada no interesse do município.
 - (C) correto, uma vez que o valor recebido teve caráter indenizatório.
 - (D) correto, uma vez que o valor recebido foi menor que o salário mínimo vigente à época no país.
 - (E) incorreto, devendo a prestação de contas ser apresentada no máximo até trinta dias, contados a partir do encerramento do exercício financeiro.



<p>26. O dirigente de uma autarquia municipal sergipana recebeu uma equipe de fiscalização do TCE-SE. Ao saber que a inspeção era extraordinária e que foi motivada por notícias veiculadas nos jornais locais acerca de suposta irregularidade nos procedimentos licitatórios para aquisição de combustível, não autorizou a entrada dos servidores do TCE-SE. A decisão tomada pelo dirigente da autarquia</p> <p>(A) tem respaldo legal, uma vez que não cabe ao TCE-SE realizar inspeções por iniciativa própria, devendo ser provocado.</p> <p>(B) tem respaldo legal, uma vez que as inspeções e auditorias só podem ser feitas se advindas de inspeção não anônima, o que não é o caso.</p> <p>(C) não tem respaldo legal, mas inspeções em procedimentos licitatórios só podem ser realizadas juntamente com a documentação da prestação de contas.</p> <p>(D) não tem respaldo legal, uma vez que, além da Assembleia Legislativa, de Comissão Técnica ou de Inquérito, as inspeções e auditorias podem ser realizadas por iniciativa do próprio TCE-SE.</p> <p>(E) tem respaldo legal, uma vez que notícias veiculadas na imprensa não têm força probatória suficiente a suscitar inspeção pelo TCE-SE.</p>	<p>30. Atestar o exercício do Presidente do TCE-SE é competência</p> <p>(A) do Tribunal Pleno.</p> <p>(B) da Assembleia Legislativa.</p> <p>(C) da Ouvidoria do TCE-SE.</p> <p>(D) do Corregedor-Geral.</p> <p>(E) do Vice-Presidente.</p>
<p>27. A função de guarda da lei e fiscal de sua fiel execução nas matérias de competência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe é</p> <p>(A) do Ministério Público Especial.</p> <p>(B) do Tribunal Pleno e das Câmaras.</p> <p>(C) da Corregedoria-Geral.</p> <p>(D) da Presidência.</p> <p>(E) do corpo de fiscalização.</p>	<p style="text-align: center;">Legislação Específica do Estado de Sergipe</p> <p>31. Nos termos do Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, o princípio que significa a vedação de qualquer comportamento administrativo que importe renúncia total ou parcial de poderes, salvo autorização legal, é o da</p> <p>(A) proporcionalidade.</p> <p>(B) legalidade.</p> <p>(C) moralidade.</p> <p>(D) supremacia do interesse público.</p> <p>(E) indisponibilidade do interesse público.</p>
<p>28. É VEDADO ao Conselheiro do TCE-SE exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo a de</p> <p>(A) profissional liberal.</p> <p>(B) magistério.</p> <p>(C) diretor de associação de classe remunerado.</p> <p>(D) diretor de associação de fins lútero-recreativos remunerado.</p> <p>(E) comissionado remunerado em concessionária de serviço público.</p>	<p>32. É órgão de assessoramento direto ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, sendo responsável pelas atividades de assistência jurídica, comunicação social, segurança e apoio técnico-administrativo:</p> <p>(A) Corregedoria-Geral.</p> <p>(B) Vice-Presidência.</p> <p>(C) Presidência.</p> <p>(D) corpo de Auditores.</p> <p>(E) Tribunal Pleno.</p>
<p>29. Na hipótese de caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito, as contas devem ser consideradas</p> <p>(A) regulares.</p> <p>(B) regulares com ressalva.</p> <p>(C) suspensas.</p> <p>(D) ilíquidáveis.</p> <p>(E) extraordinárias.</p>	<p>33. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, nos termos de sua Lei Orgânica, apreciar para fins de registro a legalidade das</p> <p>(A) denúncias apresentadas por qualquer cidadão.</p> <p>(B) contas prestadas pelo dirigente de autarquia municipal.</p> <p>(C) contas prestadas pelo Governador do Estado e Prefeitos Municipais.</p> <p>(D) admissões temporárias de pessoal realizadas por meio de concurso público ou processo seletivo.</p> <p>(E) admissões de pessoal para cargos providos na forma comissionada.</p>



34. As decisões finais do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo,
- (A) desde que haja inscrição na dívida pública.
 - (B) independentemente de inscrição em dívida pública.
 - (C) se envolverem valores maiores que vinte salários mínimos.
 - (D) salvo as referentes a admissões de pessoal, aposentadorias e pensões.
 - (E) desde que tomadas por órgão colegiado por votação unânime.
35. Um município sergipano está sob intervenção do Estado em razão da prática de atos de corrupção na administração municipal. Cabe ao interventor prestar contas de sua administração ao
- (A) Tribunal de Contas e à Câmara Municipal.
 - (B) Tribunal de Contas e ao Tribunal de Justiça.
 - (C) Governador do Estado e ao Tribunal de Contas.
 - (D) Governador do Estado e à Câmara Municipal.
 - (E) Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça e à Câmara Municipal.
36. Nos termos do Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, caberá intervenção de terceiros nos recursos administrativos sempre que a decisão
- (A) referir-se a matéria de competência originária do Tribunal Pleno.
 - (B) contiver contrariedade, obscuridade ou omissão.
 - (C) envolver débito.
 - (D) for suscetível de lhes causar dano material ou moral.
 - (E) não tiver transitado em julgado.
37. O Presidente de uma autarquia de um município de Sergipe faleceu no dia 25 de agosto de 2010. Desse fato decorre
- (A) a necessidade da prestação de contas ao TCE-SE num prazo máximo de 90 dias, contados a partir da data do falecimento.
 - (B) o trancamento das contas.
 - (C) a exigência de prestação de contas até 30 de abril do ano subsequente.
 - (D) o arquivamento do processo de tomada de contas.
 - (E) o dever da remessa da prestação de contas ao TCE-SE no prazo de 30 dias, contados a partir da assembleia geral da autarquia.
38. O Presidente da autarquia de um município do Estado de Sergipe, sem ter oportunidade de se defender, foi multado e teve suas contas julgadas irregulares pelo TCE-SE por ter realizado contratação de empresa de vigilância sem prévio procedimento licitatório e por valores acima dos praticados pelo mercado à época. Antes mesmo do trânsito em julgado da decisão, promoveu a anulação do contrato maculado e, no intuito de reverter o decidido, propôs ação rescisória junto ao Tribunal. A medida tomada pelo Administrador foi
- (A) correta, uma vez que a decisão de mérito poderá ser rescindida pelo Plenário quando houver violação literal de disposição de lei, fato que restou caracterizado pela ofensa ao princípio da ampla defesa.
 - (B) correta, uma vez que o termo de anulação contratual, por ser novo, é hábil a assegurar-lhe um posicionamento favorável do Tribunal.
 - (C) incorreta, uma vez que, muito embora tenha havido ofensa ao princípio da ampla defesa, não ocorreu o trânsito em julgado da decisão.
 - (D) incorreta, uma vez que o caso ensejava pedido de reexame, recurso cabível contra decisão que julgar irregular as contas apresentadas pelo Administrador Público.
 - (E) incorreta, uma vez que o caso ensejava agravo, recurso cabível para a reversão de decisão com multa.
39. As decisões prolatadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe em processos de consulta
- (A) têm caráter normativo e constituem prejulgamento da tese, do fato e caso concreto.
 - (B) têm caráter normativo e constituem prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.
 - (C) constituem prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto e não têm caráter normativo.
 - (D) constituem prejulgamento da tese, do fato e caso concreto, mas não têm caráter normativo.
 - (E) têm caráter normativo, mas não constituem prejulgamento da tese, do fato nem do caso concreto.
40. Nos termos da Lei Complementar nº 113/05, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe, é espécie de remuneração de contribuição, paga ao servidor público:
- (A) salário-família.
 - (B) adicional noturno.
 - (C) gratificação de presença.
 - (D) auxílio-transporte.
 - (E) adicional de caráter individual sobre o vencimento do cargo efetivo.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

41. No que concerne às Limitações do Poder de Tributar, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- (A) Estados, Distrito Federal e Municípios poderão, em determinados casos previstos em lei, estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, em razão de sua procedência ou destino.
- (B) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, assim como conceder incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.
- (C) A lei não poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, ainda que seja assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- (D) A vedação de instituição de impostos sobre templos de qualquer culto compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades.
- (E) A vedação de cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou não se aplica, dentre outros, ao Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza e ao Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

42. O Conselho Nacional de Justiça, segundo a Constituição Federal de 1988,

- (A) será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça que compõe o Conselho.
- (B) compõe-se de quinze membros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de três anos, admitida uma recondução.
- (C) deverá exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições, rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- (D) terá em sua composição três cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados, outro pelo Senado Federal e outro pelo Presidente da República.
- (E) será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

43. Sobre o controle de constitucionalidade no sistema jurídico brasileiro, considere as seguintes assertivas:

- I. O controle concentrado de constitucionalidade produz efeitos apenas entre as partes litigantes.
- II. O Supremo Tribunal Federal no Brasil é o único legitimado a realizar o controle abstrato-concentrado de leis e atos normativos em face da Constituição Federal.
- III. Órgão judicial de qualquer instância poderá fazer o controle de constitucionalidade concentrado para resolver adequadamente o caso concreto.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.

44. No que concerne ao Tribunal de Contas da União, é correto afirmar:

- (A) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas previstas na Constituição Federal.
- (B) Um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União são escolhidos pelo Congresso Nacional e dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- (C) O Tribunal de Contas da União é integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas na Constituição Federal.
- (D) As normas estabelecidas pela Constituição Federal para o Tribunal de Contas da União aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e as Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por nove Conselheiros.
- (E) A nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União deverá recair entre brasileiros que, dentre outras condições, tenham exercido por mais de dez anos função ou efetiva atividade profissional que exija notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.



45. O Conselho Nacional do Ministério Público é composto de
- (A) quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
 - (B) quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.
 - (C) quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.
 - (D) quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.
 - (E) quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
46. A iniciativa popular de projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados, conforme preconizado pela Constituição Federal, exige a subscrição de, no mínimo,
- (A) 2% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco Estados e mínimo de 0,3% de assinaturas da população de cada um dos Estados.
 - (B) 2% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos seis Estados e mínimo de 0,2% de assinaturas do eleitorado em cada um dos Estados.
 - (C) 1% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos três Estados e mínimo de 0,5% de assinaturas do eleitorado de cada um dos Estados.
 - (D) 1% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco Estados e mínimo de 0,3% de assinaturas do eleitorado de cada um dos Estados.
 - (E) 3% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos seis Estados e mínimo de 0,2% de assinaturas da população de cada um dos Estados.
47. É causa de perda dos direitos políticos, conforme decorre da Constituição Federal de 1988,
- (A) a incapacidade civil absoluta.
 - (B) a condenação criminal transitada em julgado.
 - (C) o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
 - (D) a prática de ato de improbidade administrativa.
 - (E) a recusa de cumprimento de obrigação a todos imposta por motivo de crença religiosa.
48. No que concerne à intervenção do Estado nos Municípios é correto afirmar:
- (A) A intervenção, no caso de não aplicação por um determinado Município do percentual mínimo exigido no desenvolvimento e manutenção do ensino, dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa.
 - (B) A legitimidade para a ação interventiva estadual provocada é do Procurador Geral de Justiça.
 - (C) O Município que deixa de pagar, sem motivo de força maior, por no mínimo três anos consecutivos, a dívida fundada, poderá sofrer intervenção.
 - (D) A Assembleia Legislativa poderá não concordar com a intervenção ao deliberar sobre ela e, por decreto legislativo, respeitado o quórum mínimo da maioria absoluta de seus membros, cessará automaticamente os efeitos da intervenção.
 - (E) O Estado intervirá no Município quando o Superior Tribunal de Justiça der provimento a representação para prover a execução de decisão judicial.
- Direito Administrativo**
49. Com base em entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal a respeito dos atos administrativos, é correto afirmar que
- (A) a Administração pode revogar seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais.
 - (B) a revogação de atos administrativos pela própria Administração produz efeitos retroativos à data em que estes foram emitidos.
 - (C) atos retirados do mundo jurídico pela Administração, por motivo de conveniência e oportunidade, não poderão ser apreciados judicialmente.
 - (D) a revogação de atos administrativos pelo Poder Judiciário deve ater-se à análise dos aspectos de conveniência e oportunidade destes.
 - (E) a revogação de atos administrativos pela própria Administração enseja o respeito aos direitos adquiridos.
50. Agente da Prefeitura do Município de Aracaju, tendo constatado que um bar na cidade funcionava sem alvará nem *habite-se*, e em claro desacordo com determinadas normas exigidas pela municipalidade no tocante a tratamento acústico e acessibilidade do estabelecimento, resolve aplicar multa. Trata-se, no presente caso, de modo de manifestação de poder da Administração conhecido na doutrina como poder
- (A) hierárquico.
 - (B) regulamentar.
 - (C) disciplinar.
 - (D) de polícia.
 - (E) de autoridade.
51. À retomada do serviço público pelo poder concedente durante o prazo da concessão por motivo de interesse público dá-se doutrinariamente o nome de
- (A) reversão.
 - (B) encampação.
 - (C) assunção.
 - (D) caducidade.
 - (E) desconstituição.



<p>52. Em se tratando de improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 estabelece que:</p> <p>(A) para que se configure ato de improbidade administrativa deve haver prejuízo ao erário.</p> <p>(B) aquele que se enriqueceu ilicitamente sujeita-se às cominações patrimoniais da Lei nº 8.429/92, mas não o seu sucessor.</p> <p>(C) as penalidades da Lei aplicam-se aos atos praticados contra o patrimônio de entidade que receba benefício fiscal de órgão público, no limite da repercussão sobre a contribuição dos cofres públicos.</p> <p>(D) a simples celebração de contrato de rateio de consórcio público sem prévia e suficiente dotação orçamentária não constitui ato de improbidade administrativa.</p> <p>(E) a não prestação de contas pelo agente obrigado a fazê-lo representa uma ilicitude, mas não constitui propriamente ato de improbidade administrativa.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Previdenciário</p> <p>56. As entidades de previdência complementar constituirão reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador. De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, a aplicação destes recursos será feita conforme diretrizes estabelecidas pelo</p> <p>(A) Tribunal de Contas do Estado competente.</p> <p>(B) Tribunal de Contas da União.</p> <p>(C) Conselho Monetário Nacional.</p> <p>(D) Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>(E) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p>
<p>53. Segundo a Lei nº 10.520/02,</p> <p>(A) as compras de bens comuns, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, poderão adotar a modalidade pregão.</p> <p>(B) o prazo de validade das propostas no pregão é de 90 (noventa) dias, se outro não tiver sido fixado em edital.</p> <p>(C) o pregão é a modalidade licitatória empregada para aquisição de bens e serviços de baixo valor, sendo assim definidas em lei as aquisições de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais).</p> <p>(D) o prazo para apresentação das propostas no pregão não será inferior a 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação do aviso.</p> <p>(E) o pregoeiro designado por autoridade competente deverá ser pessoa que não integre o quadro de servidores do órgão ou entidade promotora da licitação.</p>	<p>57. No tocante à Lei Complementar nº 108/2001, considere as seguintes assertivas a respeito do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal:</p> <p>I. O conselho deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.</p> <p>II. A composição do conselho deliberativo, integrado por no máximo onze membros, será paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores.</p> <p>III. O mandato dos membros do conselho deliberativo será de quatro anos, com garantia de estabilidade, permitida uma recondução.</p> <p>IV. O mandato dos membros do conselho fiscal será de quatro anos, vedada a recondução.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, III e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e IV.</p>
<p>54. A proteção e defesa pelo Estado dos bens detentores de valor histórico, artístico, estético, paisagístico ou turístico poderá ser feita mediante o instituto do tombamento</p> <p>(A) exclusivamente.</p> <p>(B) que implicará a transferência de titularidade desses bens ao Estado.</p> <p>(C) cujos efeitos legais produzidos incidem precipuamente sobre bens imateriais.</p> <p>(D) que gerará ao Estado o dever de indenizar o proprietário, em todos os casos e em valor equivalente à totalidade do bem tombado.</p> <p>(E) que se aplica a bens públicos ou privados.</p>	<p>58. De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, nos planos de benefícios coletivos instituídos por entidades abertas são equiparáveis aos empregados e associados os</p> <p>(A) diretores, conselheiros ocupantes de cargos não eletivos e gerentes da pessoa jurídica contratante.</p> <p>(B) diretores, conselheiros ocupantes de cargos eletivos e outros dirigentes ou gerentes da pessoa jurídica contratante.</p> <p>(C) diretores e gerentes da pessoa jurídica contratante, apenas.</p> <p>(D) conselheiros ocupantes de cargos eletivos ou gerentes da pessoa jurídica contratante, apenas.</p> <p>(E) conselheiros ocupantes de cargos não eletivos e gerentes da pessoa jurídica contratante, apenas.</p>
<p>55. A concessão administrativa</p> <p>(A) pressupõe a Administração pública como usuária direta ou indireta dos serviços prestados.</p> <p>(B) é expressamente prevista na lei geral de concessão de serviços públicos.</p> <p>(C) veda a contraprestação pecuniária por parte do Estado.</p> <p>(D) é definida como o contrato celebrado por dois ou mais entes federativos visando à gestão associada de serviços públicos.</p> <p>(E) envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.</p>	



59. Maria e João são empregados da empresa X. Maria possui três dependentes enquanto João não possui dependentes. Na qualidade de segurada Maria recebe o benefício salário-família enquanto João apesar de segurado não recebe. Neste caso específico está sendo aplicado o princípio constitucional da

- (A) equidade na forma de participação no custeio.
- (B) distributividade na prestação dos benefícios.
- (C) universalidade do atendimento.
- (D) diversidade da base de financiamento.
- (E) seletividade da prestação dos benefícios.

60. No tocante à evolução legislativa da Seguridade Social no Brasil, dentre as primeiras regras de proteção, a aposentadoria por invalidez aos servidores públicos

- (A) foi prevista inicialmente na Constituição Federal brasileira de 1946.
- (B) somente teve previsão constitucional na Constituição Federal brasileira de 1988.
- (C) teve previsão inicial em lei especial de caráter nacional publicada em 1942.
- (D) foi prevista inicialmente na Constituição Federal brasileira de 1891.
- (E) teve previsão inicial de caráter nacional na conhecida Lei Eloy Chaves.

61. O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais

- (A) é segurado obrigatório da Previdência Social como trabalhador avulso.
- (B) não é segurado da Previdência Social por expressa disposição legal.
- (C) é segurado facultativo da Previdência Social.
- (D) é segurado obrigatório da Previdência Social como contribuinte individual.
- (E) é segurado obrigatório da Previdência Social na qualidade de empregado.

62. Hortência, empregada da empresa Flor, está afastada de seus serviços em razão de acidente de trabalho que lhe decepcionou o dedo polegar. Assim, após o décimo sexto dia de afastamento a referida empregada começou a gozar de auxílio-doença acidentário. Neste caso, considerando que o acidente ocorreu no ano de 2011, em regra, o auxílio-doença acidentário

- (A) consistirá numa renda mensal correspondente a 91% do salário-de-benefício.
- (B) consistirá numa renda mensal correspondente a 100% do salário-de-benefício.
- (C) dependerá de perícia médica realizada por perito especialista do INSS, obrigatoriamente, dentro de trinta dias a contar do acidente.
- (D) dependerá de perícia médica realizada por perito especialista do INSS, obrigatoriamente, dentro de sessenta dias a contar do acidente.
- (E) consistirá numa renda mensal que poderá variar de 40 a 90% do salário-de-benefício.

Direito Civil e Direito Processual Civil

63. João é presidiário; cumpre pena num presídio localizado na cidade de Água Limpa e sua família mora em Pedra Azul. José é marítimo, exercendo as funções de marítimo de navio mercante matriculado na cidade de Rio Vermelho, sendo que sua esposa e filhos moram em Morrinhos. Pedro é servidor público e exerce permanentemente as suas funções na cidade de Serra Verde, sendo que sua esposa e filhos moram em Vale Dourado. O domicílio civil de João, de José e de Pedro é, respectivamente,

- (A) Água Limpa, Morrinhos e Vale Dourado.
- (B) Pedra Azul, Morrinhos e Serra Verde.
- (C) Água Limpa, Rio Vermelho e Serra Verde.
- (D) Pedra Azul, Rio Vermelho e Vale Dourado.
- (E) Água Limpa, Morrinhos e Serra Verde.

64. A nulidade decorrente de negócio jurídico celebrado por pessoa absolutamente incapaz

- (A) não pode ser alegada pelo Ministério Público.
- (B) convalida pelo decurso do tempo.
- (C) não pode ser declarada pelo juiz de ofício.
- (D) pode sempre ser suprida pelo juiz a requerimento das partes.
- (E) não é suscetível de confirmação.

65. A respeito da prescrição e da decadência, considere:

- I. A prescrição entre ascendente e descendente inicia-se na data em que o menor completar 18 anos de idade ou cessar, por outra causa, a incapacidade.
- II. É causa interruptiva da prescrição ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- III. A decadência prevista em lei pode ser objeto de renúncia ou alteração por convenção das partes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) I.

66. A morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, o acolhimento pelo juiz da alegação de preempção e a transação entre as partes são causas de

- (A) extinção do processo sem resolução de mérito, suspensão do processo e extinção do processo com resolução de mérito, respectivamente.
- (B) suspensão do processo, extinção do processo sem resolução de mérito e extinção do processo com resolução de mérito, respectivamente.
- (C) extinção do processo com resolução de mérito.
- (D) extinção do processo sem resolução de mérito.
- (E) suspensão do processo.



<p>67. A respeito da ação civil pública, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.</p> <p>(B) poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.</p> <p>(C) pode ser proposta por autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.</p> <p>(D) a petição inicial deverá obrigatoriamente estar embasada em prévio inquérito civil que forneça prova da ocorrência do fato e indícios da autoria.</p> <p>(E) poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificção prévia, em decisão sujeita a agravo.</p>	<p>70. Para crimes de abuso de autoridade previstos na Lei nº 4.898, de 09/12/1965, NÃO há previsão de aplicação da sanção penal de</p> <p>(A) detenção.</p> <p>(B) multa.</p> <p>(C) advertência.</p> <p>(D) a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo até três anos.</p> <p>(E) perda do cargo.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>68. A respeito do crime de uso de documento de identidade alheia previsto no art. 308 do Código Penal, é correto afirmar que</p> <p>(A) não se exige que o uso do documento de identidade alheia tenha por finalidade a obtenção de vantagem.</p> <p>(B) exige-se que o uso do documento de identidade alheia tenha por finalidade a intenção de causar dano.</p> <p>(C) configura o delito o simples porte ou guarda de documentos de identidade alheia.</p> <p>(D) para configurar o delito na forma culposa, é necessário que tenha ocorrido imprudência ou negligência na guarda do documento.</p> <p>(E) não configura o delito a cessão gratuita de documento próprio para que outrem dele se utilize.</p>	<p>71. O crime de</p> <p>(A) contratação de operação de crédito, previsto no art. 359-A, consuma-se com a realização da operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização do Ministério Público.</p> <p>(B) aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura, previsto no art. 359-G do Código Penal, só se consuma se houver prejuízo efetivo para a Administração Pública.</p> <p>(C) não cancelamento de restos a pagar, previsto no art. 359-F do Código Penal, estabelece pena de detenção ou multa, quando a omissão for culposa.</p> <p>(D) assunção de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar, previsto no art. 359-B do Código Penal, consuma-se com a simples ordem ou autorização de inscrição em restos a pagar de despesa não empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.</p> <p>(E) ordenação de despesa não autorizada, previsto no art. 359-D do Código Penal, não admite o dolo eventual, não se caracterizando quando o agente público que ordena a despesa está em dúvida quanto à existência ou não de autorização legal.</p>
<p>69. A caracterização do crime de advocacia administrativa exige que o</p> <p>(A) funcionário público atue através de interposta pessoa, que apareça ostensivamente como procurador, assinando documentos e petições.</p> <p>(B) agente, além de funcionário público no exercício de suas funções, seja advogado.</p> <p>(C) interesse privado patrocinado perante a administração pública seja ilegítimo.</p> <p>(D) funcionário público atue com a finalidade de obter vantagem, não bastando a simples amizade ou outro sentimento pessoal.</p> <p>(E) agente, além de ser funcionário público, valha-se das facilidades que a sua qualidade de funcionário lhe proporciona.</p>	<p>72. O crime de desacato</p> <p>(A) pode ser cometido através de ofensa feita a funcionário público pelo telefone.</p> <p>(B) só se caracteriza se o funcionário, estando no local, ouça ou veja a ofensa que lhe é dirigida, em razão de suas funções.</p> <p>(C) caracteriza-se mesmo que a ofensa feita ao funcionário público não diga respeito ao exercício de suas funções.</p> <p>(D) pode ser reconhecido em críticas genéricas dirigidas publicamente a uma instituição.</p> <p>(E) pode ser cometido por escrito, através de carta dirigida ao funcionário público.</p>

**Direito Tributário**

73. Considere as seguintes afirmações:

- I. O crédito tributário decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.
- II. A lei aplica-se a ato pretérito não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade mais severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
- III. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

74. São tributos estaduais:

- (A) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos; imposto sobre prestação de serviço de transporte intramunicipal e imposto sobre produtos industrializados.
- (B) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores; imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- (C) Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros; imposto sobre prestação de serviço de transporte intramunicipal e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- (D) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos; imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- (E) Imposto sobre prestação de serviço de comunicação; imposto sobre prestação de serviço de transporte intramunicipal e imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

75. Considere as seguintes afirmações:

- I. Pagamento, transação e depósito do montante integral são causas extintivas do crédito tributário.
- II. A concessão de medida liminar em mandado de segurança, além de suspender a exigibilidade de crédito tributário constituído, tem como efeito jurídico a dispensa do cumprimento das obrigações acessórias que dependam da obrigação principal cujo crédito seja suspenso.
- III. A dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei, é causa extintiva do crédito tributário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

76. O prazo de natureza decadencial para a Fazenda Pública constituir o débito tributário é de

- (A) cinco anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- (B) cinco anos contados do último dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado.
- (C) dez anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício material, o lançamento anteriormente efetuado.
- (D) dez anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado.
- (E) cinco anos contados da data da constituição definitiva do crédito tributário.

**Direito Financeiro**

77. Considere as seguintes afirmações:

- I. Lei complementar disporá sobre finanças públicas e fiscalização financeira da administração pública direta e indireta.
- II. Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- III. São vedados o início de programas não incluídos na lei orçamentária anual e a concessão de créditos ilimitados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

78. De acordo com a Lei nº 4.320/1964,

- (A) os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo permitida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.
- (B) classificam-se como Transferências de Capital as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- (C) o empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- (D) é vedada a realização de despesa sem prévio empenho, sendo, também, não permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- (E) classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.

79. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar nº 101/2000, considere:

- I. É permitida a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.
- II. Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como Outras Despesas de Pessoal.
- III. A despesa total com pessoal ativo e inativo dos Estados não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

80. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal,

- (A) Lei estadual poderá fixar limites superiores àqueles previstos nesta Lei Complementar para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.
- (B) a União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei Complementar.
- (C) as contas do Poder Judiciário serão apresentadas, no âmbito dos Estados, pelos juízes titulares de cada Comarca diretamente ao poder Executivo correspondente.
- (D) com relação à escrituração das contas públicas, os Estados encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até trinta e um de dezembro.
- (E) é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, mesmo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.